



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA N. 1455/2023-GP, DE 05 DE ABRIL DE 2023.

Altera o modelo do ofício precatório, adequando às modificações introduzidas pela Resolução CNJ n. 482, de 19 de dezembro de 2022.

A Desembargadora MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), no uso de suas atribuições regimentais e legais,

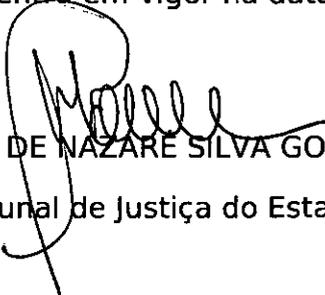
CONSIDERANDO a Resolução CNJ n. 482, de 19 de dezembro de 2022, que atualizou a Resolução CNJ n. 303/2019, que dispõe sobre a gestão dos precatórios e respectivos procedimentos operacionais no âmbito do Poder Judiciário;

CONSIDERANDO o art. 11 da Resolução n. 6, de 8 de junho de 2022, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, que disciplina em caráter complementar a Resolução CNJ n. 303/2019, regulando o processamento de Precatórios e Requisição de Pequeno Valor (RPV) no âmbito do 1º e 2º graus de jurisdição do Poder Judiciário do Estado do Pará,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o formulário do ofício precatório no âmbito do TJPA, conforme modelo padronizado em anexo, adequando às modificações introduzidas pela Resolução CNJ n. 482, de 19 de dezembro de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.


DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará

PUBLICAÇÃO
Publicado na Edição nº 3533
Diário da Justiça do Estado de 10/04/2023
Divisão de Apoio Técnico Jurídico



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

OFÍCIO PRECATÓRIO	
JUIZO REQUISITANTE	
JUIZO DA FASE DE CONHECIMENTO	

IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO DE ORIGEM	
Numeração única do processo judicial ou número originário	
Número do processo de execução ou cumprimento de sentença	
Data do ajuizamento do processo judicial	

Requisito o pagamento, em favor do credor/ beneficiário abaixo, em virtude de decisão transitada em julgado

BENEFICIÁRIO PRINCIPAL	
Beneficiário principal	
CPF/CNPJ	
Data de Nascimento:	

BENEFICIÁRIO DE HONORÁRIOS CONTRATUAIS	
Beneficiário principal	
CPF/CNPJ	
Data de Nascimento:	

BENEFICIÁRIO, NA HIPÓTESE DE CESSÃO PARCIAL DE CRÉDITO	
Beneficiário principal	
CPF/CNPJ	
Data de Nascimento:	

*EM CASO DE SUCESSÃO OU CESSÃO:

NOME DO BENEFICIÁRIO ORIGINÁRIO	CPF/CNPJ
NOME DO SUCESSOR/CESSIONÁRIO	CPF/CNPJ

ADVOGADO	
Nome	
OAB	

ENTE/ENTIDADE DEVEDORA	
Nome	

VALOR DA REQUISIÇÃO	
Nome:	Valor total individual:
Valor principal:	Índice de juros ou taxa SELIC:
Valor correspondente aos juros/taxa SELIC:	
Nome:	Valor total individual:
Valor principal:	Índice de juros ou taxa SELIC:
Valor correspondente aos juros/taxa SELIC:	
VALOR TOTAL DA REQUISIÇÃO:	

CRÉDITO REQUISITADO		
Data-base utilizada na definição do valor do crédito:		
Número de Meses RRA: (Art. 12-A da Lei n. 7.713/1988)	Mês inicial:	Mês final:
Valor da Contribuição Previdenciária:	Órgão previdenciário/CNPJ:	
Valor do FGTS	Valor de outras contribuições devidas:	

PENHORA	
() SIM () NÃO	VALOR:

NATUREZA DO CRÉDITO	
() Alimentar	() Comum
Houve deferimento de superpreferência? () SIM () NÃO	
Caso crédito de natureza salarial, indicar se servidor: () ativo () inativo () pensionista	
Órgão a que está vinculado o credor: _____	

NATUREZA DA OBRIGAÇÃO A QUE SE REFERE A REQUISIÇÃO (TUA CNJ)			
() Administrativo	() Civil	() Tributário	() Acidentária
() Constitucional	() Trabalhista		

<input type="checkbox"/> Desapropriação de imóvel residencial (art. 78, §3º, do ADCT)	<input type="checkbox"/> Outros
---	---------------------------------

INFORMAÇÕES DO PROCESSO DE ORIGEM
Data do trânsito em julgado da sentença/acórdão na fase de conhecimento do processo judicial:
Data do trânsito em julgado dos embargos à execução ou da decisão que resolveu a impugnação ao cálculo no cumprimento da sentença, ou do decurso do prazo para sua apresentação:
Data do trânsito em julgado da decisão que reconheceu parcela incontroversa, se for o caso:

INFORMAÇÕES BANCÁRIAS DOS BENEFICIÁRIOS	
Nome:	Banco:
Agência:	Conta:
Nome:	Banco:
Agência:	Conta:

_____ de _____ de _____

JUIZ DE DIREITO

DIRETOR DE SECRETARIA